

Grupos fazem acordo sobre estabilidade

Estabilidade no emprego protegida contra a dispensa arbitrária, com indenização compensatória definida em lei complementar e multa sobre o FGTS no caso de despedida imotivada até a promulgação da lei, válida para os contratos em vigor no dia 1º de janeiro último. Esta proposta foi acertada ontem à noite pelo Centrão, o Grupo dos 32 e os dirigentes sindicais de São Paulo, Luiz Antonio Medeiros, dos metalúrgicos, e Rogério Magri, dos eletricitários. Mas eles não chegaram a um acordo quanto ao percentual sobre o FGTS da multa a ser imposta ao empregador: os líderes sindicais o PTB e o Grupo dos 32 querem 50 por cento, enquanto o Centrão, através dos deputados Luiz Roberto Ponte (PMDB/RS), Afli Domingos (PL/SP) e Eraldo Tinoco (PFL/BA) apresentarão emendas alternativas com 40, 30 e 20 por cento.

Medeiros disse após o encontro com o Centrão que ganhou o dia:

— Talvez por audácia histórica, ou por omissão dos outros, tivemos que vir aqui no final do prazo para as emendas. E mais fácil jogar pedras sobre a Constituinte do que procurar todos os grupos. Tentamos tirar o máximo possível para os trabalhadores.

Pelo Centrão, o deputado José Geraldo (PMDB/MG) afirmou que o grupo acabou aceitando a retroatividade na indenização, e que não concordou com o percentual de 50 por cento sobre o FGTS para a multa porque não houve tempo de avaliar as repercussões nos custos das empresas. O efeito retroativo da indenização, que havia de início encontrado resistência dos constituintes do Centrão, foi depois admitido pelo grupo.

Uma solução para a estabilidade foi buscada desde a manhã, quando estiveram reunidos parlamentares do Centrão filiados ao PTB, do Grupo dos 32 e do Centrão, além dos dirigentes sindicais.

Medeiros ponderou que o Centrão aceitaria a sugestão negociada pela manhã, e Coelho lhe pediu que esquecesse a palavra estabilidade, para facilitar a negociação. No meio da tarde, o senador Virgílio Távora (PDS/CE), a deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), o deputado Roberto Jefferson (PTB/RJ) e os dirigentes sindicais acertaram o texto que levariam ao Centrão: "estabilidade no emprego protegida contra dispensa arbitrária, assim definida em lei complementar, que assegure indenização compensatória". E nas disposições transitórias: "quanto a lei complementar não for promulgada, a indenização compensatória corresponderá ao valor da multa de 50 por cento sobre o FGTS recolhido pelo empregador na vigência do contrato. O disposto neste artigo aplica-se com imediata eficácia aos contratos em vigor em 1º de janeiro de 1988" (para evitar demissões em massa antes da promulgação da nova Constituição).

Deputado tem síntese dos dois regimes

A proposta de presidencialismo parlamentarismo, que representa o resultado de uma fusão das propostas do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), do jurista Miguel Reale Junior e do Plano do Planalto traz como inovação que o primeiro ministro indicado pelo Presidente da República não terá de ser submetido à aprovação da Câmara dos Deputados se for um parlamentar.

Se não for parlamentar é ouvido e sabatinado pelo Congresso. Outra novidade, conforme destacava Miguel Reale Junior, é que a moção de censura poderá ser apresentada em qualquer tempo, sem prazo de carência. "Se o primeiro ministro indicado por alguém sem respaldo político, em um mês poderá sofrer moção de censura", observou Reale.

ATRIBUIÇÕES

Pela fórmula que já está sendo negociada dentro da Constituinte, inclusive com a participação de representantes do governo, o Presidente da República poderá transferir todas as suas atribuições para o primeiro-ministro, com exceção apenas daquelas que são próprias do Chefe de Estado, como a Chefia de Nação e o comando supremo das Forças Armadas. Tão logo nomeado, o primeiro-ministro é ouvido pelo Presidente da República a respeito da indicação dos ministros. Em dez dias, o primeiro-ministro é obrigado a dar ciência de seu programa de governo à Câmara dos Deputados, depois de ter obtido sua aprovação no Conselho de Ministros.

Pedida a destituição de Covas

Líder é acusado de não impedir o aparecimento do Centrão

EUGENIO NOVAES



A mesa ouve os discursos: Ibsen Pinheiro, Ulysses, Covas, Euclides Scalco e Milton Reis

Sem quorum, o PMDB adia deliberações

REJANE OLIVEIRA Da Editoria de Política

Durou menos de duas horas a reunião da bancada do PMDB, convocada pelo líder Mário Covas e realizada no auditório Neru Ramos da Câmara dos Deputados, ontem pela manhã. Com um máximo de 110 participantes, em seu melhor momento — enquanto a bancada tem 303 integrantes — o encontro nada decidiu por falta de quorum para deliberação. Dos peemedebistas que integram o Centrão, apenas cerca de 10 compareceram e nenhum contestou a liderança de Covas, como se esperava. O único que terminou pedindo a sua destituição foi o senador Leite Chaves (PR), que não assinou o manifesto centrista.

Com início previsto para às 9 horas, a reunião só foi aberta às 10h20, quando cerca de 70 parlamentares se concentravam no auditório. Na presença do multipresidente Ulysses Guimarães, o senador Mário Covas começou exaltadamente justificando o grande número de ausências. Ele explicou que, quando marcou o encontro, não sabia que a data coincidiria justamente com o último dia de apresentação de emendas ao projeto constitucional, quando a maioria dos parlamentares ou já havia viajado aos seus Estados ou estava trabalhando na elaboração de propostas.

AGENDA

Ainda assim, o líder peemedebista submeteu a discussões a agenda previamente estabelecida, composta dos seguintes itens: fórmulas para agilizar os trabalhos da Constituinte, debate em torno dos pontos polêmicos do projeto de Constituição e deliberação acerca da proposta de inversão da pauta, com a votação antecipada do regime de governo e do mandato presidencial. Também foi encadeada a sugestão do deputado Ulysses Guimarães no sentido de que os

pontos consensuais da futura Constituição sejam votados em primeiro lugar e em bloco.

Antes de passar a palavra aos oradores, Covas advertiu que a ideia de inversão da pauta só pode ser viabilizada através de dois mecanismos: nova alteração do Regimento Interno ou acordo entre todas as lideranças partidárias. Já em relação aos pontos polêmicos da Constituição, a liderança peemedebista elaborou emendas próprias que pretendia submeter à bancada durante a reunião de ontem. A votação, que terminou não acontecendo por falta de quorum, foi adiada para um próximo encontro da bancada, ainda sem data marcada.

JULIO ALCANTARA



Oswaldo Lima Filho

Mário Covas, acusando-o de não ouvir a bancada e atuar segundo seus próprios interesses pessoais. "Em lugar de ser uma solução aglutinadora, ele se transformou em fonte de conflitos", advertiu.

A defesa do líder não demorou. Da tribuna, o deputado Oswaldo Lima Filho (PE) afirmou que o senador Mário Covas representa o sentimento da maioria do partido, principalmente porque tem defendido intransigentemente o conteúdo do programa peemedebista. Quem deve deixar a legenda, a seu ver, são os que se alojaram no Centrão, contrariando os compromissos populares: "Para estes, a porta de saída está aberta".

MANIFESTO

Com apenas cerca de 10 de seus membros presentes ao encontro, o Centrão também foi à tribuna, através do deputado Arnaldo Martins (RO). Mas este não defendeu o grupo. Ao contrário, fez questão de informar que só assinou o manifesto centrista para garantir a reabertura do prazo para apresentação de emendas, "pois não desejava ficar a reboque da Comissão de Sistematização". Nem por isto sentiu-se comprometido a apoiar as emendas do grupo ao projeto constitucional, tanto que

Bancada reedita reunião dos históricos

Não fosse a presença do deputado Ulysses Guimarães e de 10 membros do Centrão, e a reunião da bancada do PMDB na Constituinte nada mais teria sido que uma reedição do encontro que o setor histórico do partido promoveu no último sábado. Até o cenário — o auditório Neru Ramos da Câmara dos Deputados — era o mesmo.

Sem a animação que marcou a reunião de sábado,

também ontem não faltaram discursos de crítica ao governo, manifestações energéticas de repúdio ao Centrão e defesa das eleições diretas já. Outro tema que marcou igualmente os dois encontros foi a necessidade de resgate do programa peemedebista. Até mesmo o único centrista que se arriscou a ocupar a tribuna (o deputado Arnaldo Martins) garantiu que acompanhará a linha programática no momento das

votações na Constituinte. Além de Ulysses e da tímida presença centrista, outro toque que diferenciou a reunião de ontem da de sábado foi o pronunciamento do senador Leite Chaves, do Paraná, que defendeu a destituição do senador Mário Covas. Entre os históricos, o líder do PMDB não sofreu contestações pelo menos em público.

Na intimidade, porém, mais de um seguidor do se-

chegou a criticar duramente a proposta do Centrão para o capítulo da Ordem Econômica. Deixou o microfone sob aplausos.

Quem também recebeu tímidos aplausos ao deixar a reunião, apenas meia hora após a sua abertura, alegando outros compromissos, foi o presidente Ulysses Guimarães. Ele saiu no momento em que o deputado Perival Muniz (MT) tecia rasgados elogios ao líder Mário Covas, no mesmo tom do pronunciamento de Oswaldo Lima Filho.

HONRA

Ao longo dos 11 discursos, não faltaram figuras de retórica e imagens jurídicas pitorescas. O deputado Jorge Ilage (BA), por exemplo, falou em "legítima defesa da honra do PMDB" ao concluir o partido a retomar sua linha programática, alijando os setores conservadores. Chagas Rodrigues (PI) foi dramático na defesa do parlamentarismo: sem o regime de gabinete, a seu ver, o país pode até mergulhar numa guerra civil. O deputado Irajá Rodrigues (RS) tem horror ao FMI e anunciou emenda proibindo o governo de fazer qualquer pagamento da dívida externa pelos próximos cinco anos.

Também não faltaram as inevitáveis "propostas-já". O senador Pompeu de Souza acha que a transição democrática acaba junto com a Constituinte, e por isso pregou eleições diretas já. O senador Teotônio Vilela Filho, contudo, entende que o povo não aguenta mais e esperar indefinidamente pela nova Carta, e portanto defendeu tese da Constituinte já.

A reunião foi encerrada por Mário Covas perto do meio-dia, cerca de uma hora e meia depois de ter começado. Constatando a evidente falta de número, o líder prometeu um novo encontro para discutir a mesma pauta nos primeiros dias de votação do projeto constitucional.

Uma das grandes movimentações de ontem durante a reunião da bancada do PMDB ficou por conta do senador Leite Chaves (PR) que subiu à tribuna para "pedir a cabeça do senador Mário Covas". Chaves anunciou que seu objetivo era o de chegar à reunião e pedir uma votação para que os peemedebistas deliberassem sobre a permanência ou não de Covas na liderança do partido na Constituinte. Não havendo quorum, o senador paranaense prometeu que fará por escrito, uma moção, onde todos os integrantes da bancada deverão se posicionar sobre o assunto.

Para Leite Chaves, a liderança não tem prazo certo e este existe em relação à confiança de seus liderados. afirmou que a bancada está dividida e indagou: "Até que ponto foi culpa da liderança essa divisão? Até que ponto ele (Covas) não é o responsável pelo surgimento do Centrão? Mário Covas, afirmou, é um homem que está em choque com a Presidência da República, com o presidente do seu partido e tem anunciado que poderá sair do PMDB. Segundo Chaves, o líder do PMDB na Constituinte não conversa com ninguém e "outro líder mais confiável talvez tivesse anulado o Centrão".

A moção será enviada até o dia 27 de janeiro — quando terão início os trabalhos no plenário na Constituinte — ao gabinete de Covas. Caso a bancada decida por sua saída, Mário Covas garantiu que assim será feito. "Cargo de liderança pertence à bancada e qualquer um tem o direito de tomar essa iniciativa. Se a bancada assim decidir, eu saio imediatamente, até por uma questão ética", afirmou.

Ao ser indagado sobre a questão, o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães afirmou que Covas tem procurado desempenhar sua liderança com esforço, mesmo com a discordância de alguns constituintes. A sua liderança continua sendo respeitada dentro do partido, acrescentou. Um constituinte ironizou a situação e afirmou que "esse Leite Chaves é um louco".

O deputado Domingos Leonelli (BA) disse estar muito à vontade para defender Mário Covas, mesmo porque votou no deputado Luiz Henrique para liderança. Para Leonelli, não é contra Covas que o Centrão está se mobilizando e sim contra os interesses nacionais que o senador nesse instante, como líder, tem procurado defender. "Reconheço que existem dificuldades operacionais na liderança de Covas, uma certa lentidão mas acho que nesse momento os setores progressistas do PMDB têm que se unir em torno da liderança de Mário Covas, apoiando-o e ajudando-o a enfrentar aqueles que estão contra a reforma agrária, estabilidade, conceito de empresa nacional, reserva de mercado e proteção das riquezas minerais do País que são, afinal, as verdadeiras bandeiras do PMDB", disse.

GINALDO BARBOSA



Leite Chaves

Nem os grupos têm consenso

CLAUDIA MOEMA Da Editoria de Política

As diversas tendências do PMDB estavam fielmente representadas ontem na reunião da bancada do partido. Mas nenhuma delas levou uma posição fechada sobre um dos temas em pauta: a antecipação da votação referente ao mandato presidencial e sistema de governo. Ao contrário, do Centrão ao MUP (Movimento de Unidade Progressista), cada integrante estava liberado para votar (caso a votação tivesse sido realizada), conforme seu entendimento. Consenso mesmo só houve a respeito da agilização dos trabalhos da Constituinte. Embora declarando não ser do Centrão, "eu

só apoiarei a mudança do regimento", o deputado Milton Reis (MG) defendeu a inversão da pauta "para ficar mais fácil depois as votações restantes, uma vez já definido o problema político". Seu colega de grupo, o senador Albano Franco (SE) reconhece a importância da agilização dos trabalhos numa primeira etapa, mas discorda da inversão porque prefere seguir o cronograma normal. Ele admite, até, a votação do sistema de governo, antecipadamente, mas nunca a do mandato presidencial.

No MUP as posições também divergiam. Enquanto o deputado Nelson Friedrich (PR) afirmava que votaria favoravelmente pela inversão, res-

saivando que defendia mais essa posição por causa do sistema de governo, o deputado Vilson de Souza (SC) era totalmente contra a antecipação. Justificou lembrando que a sociedade está desmobilizada e não concordava com a votação de aspectos mais importantes da Constituinte num momento de não participação da sociedade. Para o deputado catarinense, é preciso respeitar o regimento — que não permite a inversão — sob pena de se fazer uma Constituição agredindo as próprias disposições.

ACORDO

Quanto ao Grupo dos 32, o seu coordenador, senador José Richa (PR) ga-

rantiu que não houve nenhum acordo entre seus integrantes para assumir qualquer posição. "Não fiz consulta formal dentro do grupo mesmo porque é difícil viabilizar uma coisa dessas porque implicaria ou numa mudança de regimento ou num acordo de lideranças unânime". Acrescentou que cada um votará conforme sua própria decisão mas sua posição particular era pela inversão.

O senador Mário Covas, que convocou a bancada, afirmou que o objetivo da reunião era o de colocar para os peemedebistas, se valia ou não tentar, junto às demais lideranças na Constituinte, a inversão da pauta. Ele considera difícil essa mudan-

ça, mas precisaria da concordância de todos. O senador lembrou que é preciso votar, em primeiro lugar, o sistema de governo porque "estamos correndo o risco de votar certas coisas e depois votar um determinado sistema que entraria em choque com algumas matérias já aprovadas". Ao se optar pelo parlamentarismo por exemplo, afirmou, há uma série de consequências no restante do texto. De qualquer forma, embora nada tenha sido deliberado devido a ausência de muitos peemedebistas, o líder do PMDB na Constituinte se convenceu de que há um sentimento geral na bancada em favor da agilização dos trabalhos da Assembleia.



João de Deus Antunes: expulso por Brandão

Apoio ao Centrão tira dois do PDT

O PDT expulsou ontem de sua bancada na Constituinte e na Câmara, os deputados Fêres Nader (RJ) e João de Deus Antunes (RS). Os dois deputados apoiaram o grupo denominado Centrão na discussão e votação das alterações do regimento interno e agora decidiram votar pelos cinco anos de mandato para o presidente Sarney.

Para o líder da bancada do PDT na Constituinte, deputado Brandão Monteiro, os dois deputados se comprometeram a apoiar os 10 pontos considerados fundamentais para o partido. Entre esses pontos, estavam o presidencialismo, os 4 anos de mandato, a estabilidade no emprego, a mineração em terras indígenas so-

mente por empresas estatais, 40 horas semanais, proibição de dispensa imotivada, entre outros. Segundo Brandão, esses deputados ao apoiarem o Centrão, automaticamente posicionaram-se contra esses dez pontos do PDT.

A decisão de expulsão dos dois deputados já havia sido tomada pela bancada pedetista logo após a votação do Regimento Interno da Constituinte. Naquela ocasião, os parlamentares decidiram aceitar o compromisso dos dois deputados de apoiar — dali para frente — as teses do PDT. Esse voto de confiança, segundo Brandão Monteiro, não foi respeitado pelos deputados Fêres Nader e João de Deus Antunes.